



**PAINEL:  
PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E  
PREPARAÇÃO DE CONTEÚDOS COM  
ÊNFASE NA INCLUSÃO ESCOLAR  
2024**





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS****Reitor**

Augusto de Rezende Campos

**Vice-Reitora**

Darlene Teixeira Castro

**Pró-Reitora de Graduação**

Alessandra Ruita Santos Czapski

**Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação**

Ana Flávia Gouveia de Faria

**Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários**

Kyldes Batista Vicente

**Pró-Reitor de Administração e Finanças**

Ricardo de Oliveira Carvalho

---

**Coordenador do Grupo de trabalho**

Augusto de Rezende Campos - Unitins

**Equipe Técnica**

Darlene Teixeira Castro - Unitins

Alessandra Ruita Santos Czapski - Unitins

Kyldes Batista Vicente - Unitins

Marcela Barreto da Silva Oliveira - Unitins

Marcela Pinheiro da Fonseca - Unitins

Lidiane dos Santos Silva - Unitins

Rodrigo Vieira do Nascimento - Unitins

Marcos Irondes Coelho de Oliveira - Seduc

Sibele Letícia Rodrigues de Oliveira Biazotto - Seduc

Celestina Maria Pereira de Souza - Seduc

Katia Gomes da Silva - Seduc

Gisele Cristine Rodrigues de Oliveira - Seduc

---

**Revisão**

Rodrigo Vieira do Nascimento - Unitins

Liliane Scarpin da Silva Storniolo - Unitins

**Diagramação**

Joelma Feitosa Modesto - Unitins

---

**Contato****Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários**

108 Sul Alameda 11 Lote 03

CEP.: 77020-122 - Palmas-Tocantins

Tel.: (63) 3218-4911

# Sumário

PAINEL: PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E PREPARAÇÃO DE CONTEÚDOS COM ÊNFASE NA INCLUSÃO ESCOLAR .....	5
CONCEITOS ESSENCIAIS DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE.....	5
DO PLANEJAMENTO À AVALIAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO DE TODOS.....	8
PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO: ADAPTAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR QUE CONSIDERA DIFERENTES FORMAS DE APRENDIZAGEM.....	9
METODOLOGIAS ATIVAS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS PARA A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS .....	11
MARCO LEGAL: LEIS, DIRETRIZES E POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA VIGENTES.....	13
TERMOS CONCEITO.....	14
REFERÊNCIAS CONSULTADAS.....	16

## Painel: PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E PREPARAÇÃO DE CONTEÚDOS COM ÊNFASE NA INCLUSÃO ESCOLAR

Nadia Flausino Vieira Borges<sup>1</sup>

### Conceitos essenciais de inclusão e diversidade

A primeira clareza que precisamos estabelecer para este estudo é o contexto da nossa fala. É inegável que ao longo dos últimos dez anos a modalidade da Educação Especial ganhou ampla repercussão.

Contudo, quando falamos de inclusão, a que estamos nos referindo? Quando dizemos que estamos promovendo uma educação inclusiva, quais estudantes nos vem à mente? E quando tratamos dos desafios da Educação Especial para o contexto escolar, a que que estamos nos referindo? Ao findar esse tópico, teremos clareza de compreensão desses conceitos essenciais.

Primeiro, precisamos compreender o que é inclusão e para quem devemos promover uma Educação Inclusiva. Quando vencermos essa temática, já teremos grande clareza para compreender e saber localizar o público-alvo da Educação Especial e compreender dos desafios e as possibilidades vivenciados pelo professor na docência na classe comum do ensino regular, bem como os desafios e possibilidades vivenciados pela escola para a promoção de uma Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que viabiliza a Inclusão Escolar dos estudantes da Educação Especial.

De fato, quando questionamos os professores a que nos referimos quando falamos de Inclusão, a maioria das respostas é vinculada às práticas pedagógicas da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Entretanto, se paramos para observar o significado da palavra, iniciamos a compreensão do conceito que o termo expressa, uma vez que tão somente precisamos buscar compreender a Inclusão porque vivenciamos a exclusão como práticas cotidianas. Atrevemo-nos ainda a afirmar que vivemos somente por esquecer o dito constitucional, sancionado em 1988 como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil: Art. 1º - Inciso III – “a dignidade da pessoa humana”.

Em nossa rotina, por vezes, temos trocado os conceitos de inclusão social com Educação Inclusiva e até com o conceito de Educação Especial. A diferença é clara e não podemos mais confundir. Observamos a consolidação desses conceitos em Garcia e Barcelos (2021), Kassar (2019, 2011), Rolim e Borges (2018), Camargo (2017), Borges (2015), Castilho (2009), Fávero (2004) e Brasil (1998, 1996, 2008 e 2011). Sendo:

a) A inclusão é um paradigma que se aplica a vários espaços físicos ou não físicos, não só na educação. O conceito surgiu como resultado das análises socioeconômicas e políticas que evidenciaram o crescente processo de exclusão de pessoas e grupos de pessoas dos benefícios da sociedade pós-industrial. Inclusão, antes de tudo, é “deixar de excluir”, requer que TODOS façam parte de uma mesma comunidade e não de grupos distintos de forma sectarizada.

b) A inclusão social garante a participação de todas as pessoas em todos os espaços de consolidação dos direitos sociais: saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, segurança, lazer, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência social e a educação. Ao vivenciar contextos sociais inclusivos, as pessoas não são passivas, vivem a experiência histórico-cultural, as transformam e são transformadas por meio dela.

c) A Educação Inclusiva é uma concepção teórico-metodológica de ensino contemporânea que tem por objetivo garantir o direito de todos à educação. Paradigma educacional,

<sup>1</sup> Doutoranda e Mestre em Educação pela UFT. Graduada em Pedagogia pela UFT. Psicopedagoga Clínica; Especialista em Atendimento Educacional Especializado; Transtornos Específicos da Aprendizagem; Tecnologias na Educação - Tecnologia Assistiva; Docência no Ensino Superior; Libras - Língua Brasileira de Sinais: Tradução e interpretação; Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar; Transtorno do Espectro Autista; Altas habilidades ou Superdotação. Atualmente é professora efetiva na SEDUC/TO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0129248458428623>.

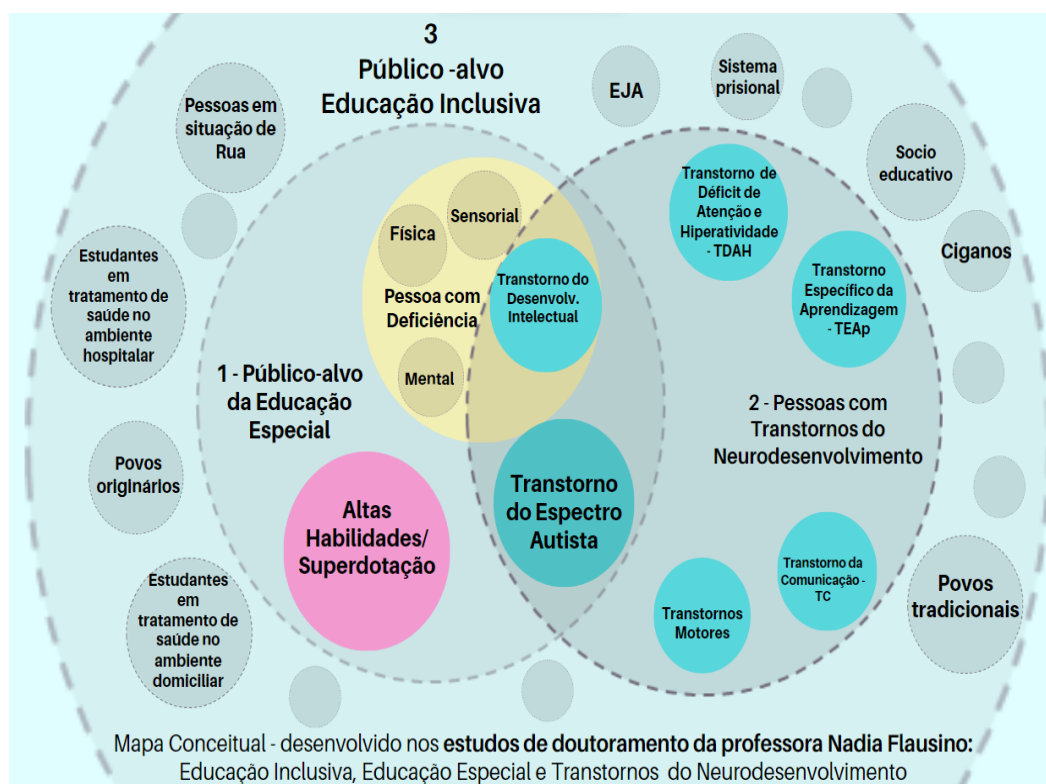
fundamentado na concepção de direitos humanos, não é direcionado apenas aos estudantes da Educação Especial, mas valoriza a dignidade da pessoa humana; conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis; compreende que todos somos diferentes e aprendemos de formas diversas; e reconfigura espaços, sujeitos e metodologias e políticas educacionais em todos os aspectos para a efetivação do direito de todos à educação. Precisamos entender que só precisamos falar em Educação Inclusiva, porque ainda excluímos pessoas e grupos de pessoas do contexto escolar. Não podemos afirmar que as pessoas com deficiências são o único grupo a ser excluído.

d) A Educação Especial, é a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para estudantes com deficiências, Transtorno do Espectro Autista<sup>2</sup> e altas habilidades/superdotação e deve ser desenvolvida em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, tendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), como parte integrante desse processo. É o AEE que, por sua vez, nas salas de recursos multifuncionais ou Centro de AEE, complementa ou suplementa a formação do estudante por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Para uma melhor compreensão do público-alvo da Educação Especial e da Educação Inclusiva, vamos estudar a imagem a seguir, que ilustra, de forma visual, que o público-alvo da Modalidade de Educação Especial são as pessoas com deficiências (física, mental, intelectual e sensorial), Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação, conforme Brasil (1996) e Araújo e Lotufo Neto (2014). Transtornos do Neurodesenvolvimento são as pessoas com Deficiência Intelectual (DI), Transtorno de Comunicação (TC), Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Específico da Aprendizagem (TEAp) e Transtornos Motores, conforme o DMS-V (APA, 2013). O público alvo da Educação Inclusiva é cada pessoa que ainda esteja excluída do contexto escolar, de acordo com as pesquisas de Rolim e Borges (2018), Camargo (2017), Borges (2015), Castilho (2009) e Fávero (2004).

2 Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD): engloba os estudantes com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. Contudo, em 2013, para a ciência da saúde, com a publicação da 5ª atualização do Manual de Diagnósticos e Estatísticas de Transtornos Mentais (DSM-V), todos os transtornos que compunham o TGD foram categorizados como Transtorno do Espectro Autista – TEA (Araújo e Lotufo Neto, 2014).

**Figura 1.** Mapa Conceitual: Público-alvo da Educação Especial, Pessoas com Transtornos do Neurodesenvolvimento e público-alvo da Educação Inclusiva



**Fonte:** Elaborada pela autora, no estudo de doutoramento em Educação, com pesquisa em Políticas Educacionais: Educação Inclusiva e Educação Especial.

De forma resumida, podemos afirmar que a Educação Especial acontece nas classes comuns do ensino regular, quando promove a inclusão escolar dos estudantes com deficiências, autismo e altas habilidades/superdotação. Ocorre por meio do AEE, um serviço da Educação Especial, nas salas de recursos multifuncionais e Centros de AEE. Para tanto, são elaborados e organizados recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas (MEC, 2008, 2011).

A atividade de ensino realizada pelo AEE é completamente diferente do ensino escola, no qual o professor possui um currículo (BNCC e DCT). O AEE também não é espaço de reforço escolar ou complementação das atividades escolares. Sartoretto e Bersch (2010) citam exemplos práticos de atendimento educacional especializado:

- a) o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras);
- b) o ensino do código Braille;
- c) a introdução e formação do estudante na utilização de recursos e serviços da tecnologia assistiva;
- d) a orientação e mobilidade, a preparação e disponibilização ao estudante de material pedagógico acessível;
- e) o enriquecimento extracurricular para superdotados, explora as áreas do conhecimento humano de destaque do estudante e oportuniza diferentes aprendizagens e conhecimentos que o currículo escolar não contempla, tendo em vista as especificidades do estudante, dentre outros.

Como o autor cita os recursos e serviços da Tecnologia Assistiva (TA), é necessário compreendermos esse conceito. No Brasil, após anos de confusão conceitual que reduzia a TA apenas às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei N. 13.146, de 06 de julho de 2015, consolidou o conceito de tecnologia assistiva:

produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2015, Art.3º, inciso III).

O referido texto de Lei inclui as TDIC e diversos outros recursos, estratégias, metodologias e serviços utilizados para o desenvolvimento da funcionalidade relacionada à atividade de participação, construção da autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social das pessoas com deficiências, temporária ou definitiva e pessoas com mobilidade reduzida. Incluindo entre o rol das TA, por exemplo: o código Braille, a Libras, a comunicação alternativa e aumentativa, o uso de lupas, o uso de aplicativos e *softwares* de acessibilidade, próteses de substituição de membros ausentes, cadeiras de rodas, andadores, bengalas etc.

Conforme Sasaki (1998), a escola inclusiva é aquela que faz educação sem exclusão, são escolas de qualquer nível que estão preparadas para propiciar um ensino de “qualidade a todos os alunos, independentemente, de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem”, respeitando suas necessidades específicas. Nessa concepção, a escola comum se modifica para se fazer capaz de acolher qualquer estudante e a todos incondicionalmente e de propiciar uma educação de qualidade para todos e para cada estudante respeitando suas necessidades específicas.

## Do planejamento à avaliação: práticas pedagógicas que promovem a participação de todos

Muitos são os saberes necessários para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Conforme Borges (2015), são os professores que, no espaço da sala de aula, sentem as ações das políticas educacionais requerendo inovação e mudança. Cabe aos sistemas de ensino prover a formação, o apoio, os recursos e serviços necessários para atender às necessidades da atividade docente inclusiva. E a atividade docente inclusiva cabe ao professor.

A história da nossa educação consistiu persistiu por décadas, de forma a categorizar os estudantes entre “normais ou anormais”, “fortes ou fracos” e seguindo essa medida aplicada, muitos estudantes estavam fora da escola, conforme o alerta de Kassir (2011). É com base na compreensão de que a régua medidora do desenvolvimento do estudante deve ser ele mesmo, ou seja, é preciso identificar onde o estudante estava, o que lhe foi disponibilizado para que pudesse avançar e onde ele se encontra agora. Essa deve ser a nossa concepção do planejamento à avaliação da aprendizagem.

Não mais nos estranha quando alguém afirma que é necessária uma adaptação dos espaços escolares para que um estudante cadeirante consiga acessar de forma autônoma os espaços escolares, desde a sala de aula, ao banheiro, refeitório, biblioteca, secretaria, pátio e demais locais de convivência. O mesmo princípio deve ser aplicado ao processo de ensino, no qual planejamento, execução e avaliação devem ser adaptados para os estudantes e não o contrário.

Conforme Borges (2015), o ensino escolar é dotado da capacidade de promover o desenvolvimento das habilidades cognitivas do estudante e o planejamento do professor terá influência direta no resultado esperado pela atividade docente. É ao mobilizar forças para o desenvolvimento de seu aluno que o professor exerce a atividade docente, processo pelo qual o professor transforma o objetivo em resultado, por meio do trabalho desenvolvido. Para a autora:

A escola exerce papel central ao ter responsabilidade na socialização dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos produzidos no processo do contexto histórico-

cultural. Uma postura que se destaca, também é a atividade docente, sendo o professor o corresponsável na apropriação e construção dos conhecimentos conferindo ênfase ao desenvolvimento pleno do estudante (Borges, 2015, p. 38).

No dito de Saviani (2007), a escola precisa promover o bom ensino - transformar o conhecimento científico em conteúdo curricular (objetos de conhecimento) para a apropriação ativa por parte dos alunos e do professor. Essa premissa nunca foi tão clara, como a atividade docente inclusiva de promoção da adaptação e flexibilização curricular, conforme indicado por Brasil (2001, 2008 e 2009).

## **Plano de Ensino Individualizado: adaptação e flexibilização curricular que considera diferentes formas de aprendizagem**

O Plano de Ensino Individualizado (PEI) e o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) têm sido objeto de muitos estudos e de conflitos na educação nacional. Por vezes, vocês verão cursos, universidades e *influencers* digitais invertendo os conceitos de PEI e PDI. O MEC se referencia ao planejamento pedagógico da sala de recursos multifuncionais como Plano de AEE, e afirma que Plano de Ensino Individual (PEI) o plano elaborado pelo professor regente das classes comuns com participação da equipe pedagógica para público-alvo da educação especial (Brasil, 2008).

De forma clara, para esse estudo, adotamos o conceito consolidado pela Rede Estadual de Educação do Tocantins, a qual adota:

a) Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) - o Plano do AEE, desenvolvido pelo professor de AEE nas salas de recursos multifuncionais e Centro de AEE, com o objetivo de complementar ou suplementar a formação do estudante atendendo às necessidades específicas dos estudantes público-alvo da Educação Especial – estudantes com deficiências, autismo a altas habilidades/superdotação;

b) O Plano de Ensino Individualizado (PEI) - é o planejamento de ensino desenvolvido pelo professor regente para a garantia da adaptação e flexibilização curricular para os estudantes público-alvo da educação especial inclusos na classe comum do ensino regular.

Para ser possível atender às demandas das necessidades específicas de diferentes estudantes, a adaptação do planejamento do professor é indispensável (Borges, 2015). Quando o professor regente da classe comum do ensino regular e professor do AEE na sala de recursos multifuncionais ou Centro de AEE conseguem contribuir um com o outro, desenvolvem uma atividade colaborativa. Dessa forma, chegamos ao lugar da transformação de objetivo em resultado, por meio da mobilização de forças da atividade docente para o desenvolvimento do aluno que evidenciamos nas pesquisas da autora.

O PEI é uma atividade docente desenvolvida, de forma coletiva e colaborativa, elaborada considerando o atendimento das necessidades específicas de cada estudante. Logo, cada estudante com deficiência, autismo e altas habilidades/superdotação matriculado na classe comum do ensino regular tem o direito de ter o seu próprio PEI e devemos garantir esse direito.

Como Anexo 1 deste material, colocamos à disposição o modelo de PEI que a rede estadual tem utilizado, mais adequado para o ensino médio e deixamos, como Anexo 2, um modelo elaborado com base no modelo anterior, mais adaptado para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

O questionamento mais comum quando estamos em atividades de formação de professores é onde encontra-se o currículo adaptado. E a resposta é: Não se encontra. O professor deve conhecer o estudante, suas necessidades específicas e seu conhecimento, adaptar o objeto do conhecimento, para incluir no PEI o que está no nível de aprendizagem do estudante.

Por exemplo: para uma aula do 8º ano, para a qual a unidade temática é: O Brasil, no Século XIX:

**Quadro 1.** DCT - História – 8º ano

Habilidades: EF08HITO) Conhecer a História da Criação do Estado do Tocantins e sua contribuição para o progresso da região.	Objeto do Conhecimento: história do Tocantins - Os Movimentos Separatistas.

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Enquanto pode constar no planejamento da turma a leitura de um texto ou de uma entrevista sobre os Movimentos Separatistas e a produção de um texto sobre a relação entre os movimentos nacionais com os movimentos estaduais. No PEI do Luiz<sup>3</sup>, pode constar um estudo em grupo, onde colegas irão contar-lhe o resumo da história estudada, depois o professor também lhe conta o resumo da história para reforço. Incluir um momento para Luiz se preparar para cantar para a turma uma música (de sua autoria) sobre a história que ele ouviu. Ainda é possível sugerir uma encenação de uma parte da história.

Para uma aula de Geografia/8º ano, unidade temática: o sujeito e seu lugar no mundo, considera-se o exemplo a seguir.

**Quadro 2.** DCT - Geografia – 8º ano

Habilidades: EF08GE02) Relacionar fatos e situações representativas da história das famílias do Município em que se localiza a escola, considerando a diversidade e os fluxos migratórios da população mundial.	Objeto do Conhecimento: Diversidade e dinâmica da população mundial e local; Fluxos e Políticas migratórias no mundo, na América Latina, no Brasil e no estado do Tocantins;

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Enquanto pode constar no planejamento da turma a leitura de um texto ou assistir um documentário sobre a história de fluxos migratórios mundiais e a leitura de matérias jornalísticas que falam do município nesse tempo e a realização de uma pesquisa e produção de um texto sobre história do bairro onde se encontra a escola. No PEI do Luiz, pode constar uma pesquisa para que os pais, responsáveis e/ou vizinhos, algum outro funcionário da escola com quem ele tem familiaridade, lhe contem como e quando ele se mudou para o bairro, o que estava acontecendo com a família naquele tempo. Pode constar a construção de uma maquete ou a elaboração de um desenho no qual ele represente graficamente a escola e as principais ruas do bairro e o trajeto que ele faz para ir de casa até a escola.

Nesse caso hipotético, a professora que conhece os conhecimentos, habilidades e as necessidades específicas do Luiz, adaptou o conteúdo para que ele não seja excluído do processo de ensino e respeitando o seu nível de desenvolvimento e o seu estilo de aprendizagem, promoveu participação ativa do estudante do processo de ensino e aprendizagem promovido pela sua atividade docente como professora de História.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) nos apresenta o Desenho Universal como a “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (Brasil, 2015, Art. 3º, II). Baseado nessa premissa, quando desenvolvermos a habilidade de utilizar o Desenho Universal aplicado

<sup>3</sup> estudante fictício criado para esse estudo – condição específica: deficiência intelectual, não alfabetizado, verbal, interação social preservada. Gosta de contar, gosta de brincar e correr, gosta de pintura e de recorte e colagem, mas não gosta de trabalhos com tintas. Possui desenvolvimento vocal, muito criativo e memória musical excelente.

à Educação – DUA, apontamos para a necessidade de criarmos objetivos educacionais, métodos, estratégias, recursos e avaliações que sejam acessíveis a todos e a cada um. Assim, os PEI não serão mais necessários, uma vez que o planejamento da aula da turma será elaborado na eliminação das barreiras para a participação de cada estudante e de todos.

## Metodologias ativas: práticas pedagógicas inovadoras para a promoção da participação de todos

Como já visto, conceber o processo ensino e aprendizagem com base na perspectiva da Educação Inclusiva requer das políticas educacionais, dos sujeitos e ambientes educativos uma transformação dos paradigmas da educação até aqui assumidos. Pesquisas em educação têm sugerido inovações nas práticas pedagógicas como caminho que favorece a aprendizagem significativa dos estudantes, na perspectiva da psicopedagogia e da neuroeducação (Franco *et al.*, 2018; Candido, 2010; Pimenta, 2002).

Cunha (2003), simples e profundamente, define inovação como uma ruptura epistemológica, Thomas Kuhn (2011), conceitua esses momentos nos quais abandonamos um paradigma por outro, como sendo a tal ruptura epistemológica. Aquilo que antes eu acreditava, defendia e fazia, não mais acredito, não defendo e não faço.

A inovação pedagógica, segundo Carbonell (2002), é a mudança para melhor, a renovação pedagógica, no sentido de reinvenção da prática pedagógica, que propõe novos caminhos na busca do “bom ensino” vigostskiano<sup>4</sup>, – aquele que se adianta ao desenvolvimento da aprendizagem.

No mesmo sentido, Carrier (2017), concebe a inovação pedagógica como estratégias que aumentam a eficiência operacional do sistema educacional presente. A inovação não é apenas algo novo, mas algo que se melhora e que precisa apresentar os resultados advindos da melhoria. Só é considerada inovadora a prática pedagógica que comprova resultados positivos segundo os objetivos planejados às pessoas que controlam o processo. Nesse sentido, podemos afirmar que os resultados da aprendizagem do estudante planejada pelo professor é um exemplo de inovação das práticas pedagógicas.

As pesquisas em educação têm evidenciado resultados superiores no desenvolvimento da aprendizagem quando há a promoção da participação ativa do estudante. A adoção de metodologias ativas requer a inovação do papel do estudante, que precisa se responsabilizar por sua aprendizagem, enquanto o professor se responsabiliza pelo ensino.

Para atingir tal objetivo, pesquisas são realizadas de forma a analisar e desenvolver metodologias ativas de aprendizagem em que alunos sejam independentes e envolvam-se efetivamente nas atividades efetuadas em sala de aula (Pinto *et al.*, 2012). Essas estratégias convidam o discente a se tornar um integrante ativo no exercício da aprendizagem, a desenvolver a maturidade cognitiva (Aglen, 2015), a criatividade, o pensamento crítico e a construir seu próprio conhecimento (Derevenskaia, 2014), promovendo um profundo e ativo aprendizado com o engajamento dos alunos (Mclean *et al.*, 2016).(...) O professor passa a ser visto como um facilitador da aprendizagem, um parceiro que colabora com o aluno ajudando-o a compreender em vez de impor seu ponto de vista. Com isso, o aluno passa a ser um explorador autônomo que desenvolve opiniões e pensamentos próprios e não um mero reprodutor de ideias (Singer; Moscovici, 2008) (Marques, *et al.* 2021, p. 722).

4 Reconheço a existência de várias configurações para a tradução do nome do autor e opto, assim como outros diversos pesquisadores brasileiros, pela grafia mais próxima à língua portuguesa.

Para Mesquita *et al.* (2016), as metodologias ativas emergem como resposta aos problemas apresentados pelo ensino em Ciência da Saúde, na busca da inovação para a superação dos obstáculos postos pelos modelos de ensino vigentes que impunham ao estudante a função passiva. Ultrapassa os limites do treinamento puramente técnico e busca efetivamente alcançar a formação do profissional da saúde voltado para as dimensões éticas, com capacidade de reflexão crítica e resolução de problemas imediatos, atento às necessidades da população, a fim de contribuir para a transformação da realidade. Na pedagogia da problematização e na aprendizagem baseada em problemas as abordagens das metodologias ativas são utilizadas na formação dos profissionais da saúde.

Temos, ainda, outras abordagens de metodologias ativas bastante conhecidas, como:

a) o ensino híbrido: diferente do modelo que vivenciamos na pandemia, mescla a orientação presencial e a distância, utiliza a tecnologia para criar um novo ambiente de aprendizagem com mentoria pontual do professor, possibilita a exploração de temas, exercícios e problemas que somente no presencial não é possível;

b) a gamificação: que ao contrário do ideário difundido, utiliza de jogos digitais e não digitais, é quando o professor traz elementos dos videogames para o ensino, como desafios, regras, narrativas e storytelling em geral;

c) o storytelling: elaboração de narrativas sobre os temas de estudo em sala de aula e podem ser aplicados durante as outras abordagens;

d) o Design thinking: com foco nas pessoas, o objetivo é inovar e criar soluções criativas nunca antes pensadas para a solução de um problema. Objetiva olhar para os problemas utilizando da lógica, da imaginação e da intuição, buscando a materialidade da solução por meio de protótipos e testes;

e) a cultura maker: baseada no princípio: Faça você mesmo! Utilizando os conhecimentos técnicos e uso de ferramentas, os estudantes devem criar, produzir e compartilhar soluções, consertar e modificar objetos necessários;

f) a aprendizagem por projetos: os estudantes recebem a missão de identificar uma situação que pode ser melhorada (não precisa ser um problema, pode ser uma situação do cotidiano) e eles devem seguir uma lógica de raciocínio para a proposta e elaborar o projeto: o quê? para quem? para quê? e como?;

g) a sala de aula invertida: com o uso das tecnologias, constrói novos ambientes de aprendizagem. Os estudantes acessam objetos de conhecimento na plataforma digital e o tempo presencial na aula é usado para debates e demonstrações;

h) a pesquisa de campo: fora da sala, pode ser feita por meio de entrevistas ou em literaturas disponíveis. O professor pode trazer um especialista no dia da exposição para contribuir nas análises, avaliação e devolutivas;

i) os estudos de casos: com a exposição de problemas reais, os estudantes precisam analisá-los de forma analítica e sistêmica e, entre si, discutir as possibilidades de solucioná-los;

j) a aprendizagem em equipes: trabalho em duplas ou grupos de três ou quatro estudantes possibilita desenvolvimento de habilidades de liderança, delegação de tarefas, empatia, colaboração, entre outras habilidades socioemocionais;

k) a rotação entre estações: professor divide a sala de aula em “estações”, separando os alunos por etapas dentro do plano de aula. Exemplo: na estação básica: a leitura do tema; na segunda estação: exibição de uma videoaula ou documentário; na terceira estação: a discussão em grupo; na quarta a produção;

É notável que aprender fazendo envolve, motiva os estudantes a desenvolver estratégias inovadoras para a solução de problemas, constrói na sala de aula um ambiente mais aberto e mais imprevisível do que na aula baseada nas palestras do professor.

Na contramão dos métodos de ensino que privilegiam metodologias de transmissões de informação dos professores para estudantes, as metodologias ativas se apresentam como inovação pedagógica para a própria concepção ensino e aprendizagem, por buscar a construção de conhecimentos e habilidades, por meio do processo educativo dinâmico com a participação ativa dos professores e estudantes.

É importante observar que o uso das metodologias ativas em sala de aula oportuniza

a inclusão de todos os estudantes no decorrer da aula, visto que os estilos de aprendizagens estarão em movimentos de interconexão, contribuindo, ensinando e aprendendo uns com os outros. No movimento ativo, cada um e todos têm a oportunidade de ensinar, aprender e contribuir, construindo para a efetivação da aula inclusiva, que Borges (2015) apresenta por respeitar o princípio constitucional e valorizar a dignidade do estudante e conjugar igualdade e diferença como valores indissociáveis e ainda por compreender que todos somos diferentes e aprendemos de diferentes formas, com base nessa compreensão, reconfigurar espaços, sujeitos e metodologias e políticas educacionais em todos os aspectos para a efetivação do direito de todos à educação.

Contudo, ao garantir uma aula inclusiva, os professores não conseguem sozinhos construir a escola inclusiva, essa é aquela de Sasaki (1998), que, para além de propiciar um ensino de “qualidade a todos os alunos, independentemente” de quaisquer igualdades ou diferenças, faz a educação sem exclusão. Para tanto, necessita promover a participação ativa de todos. Conforme Menino-Mencia *et al.* (2023) e Brito (2019), somente é possível construirmos uma comunidade escolar inclusiva com a participação plena e compartilhada de todos os sujeitos do processo. Faz-se necessário, ainda, esclarecer que todos os profissionais da educação da escola, da secretaria de educação, das universidades, a família, os pais, responsáveis, a comunidade da localidade na qual a escola está geograficamente inserida, outros profissionais que possam contribuir para o desenvolvimento da missão da escola, todos devem participar de forma plena, compartilhada e contínua.

## **Marco legal: leis, diretrizes e políticas educacionais da educação especial e inclusiva vigentes**

No decorrer do nosso estudo, passamos por diversos marcos legais que construíram as políticas públicas educacionais no Brasil considerando a Modalidade de Educação Especial na perspectiva conceitual da Educação Inclusiva. Para fácil acesso, deixamos, a seguir, algumas leis, decretos, diretrizes, resoluções e políticas públicas em vigência no Brasil que tratam da temática (com seus respectivos links de acesso):

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – que prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos; e coloca como princípio para a Educação o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”;

Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 - define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado;

Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - garante o direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sendo o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito (também aos que não tiveram acesso na idade própria); o respeito dos educadores; e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular;

Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990): Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Países signatários, entre eles o Brasil, assumem a responsabilidade de assegurar a universalização do direito à Educação para TODOS;

Declaração de Salamanca – 1994 - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Ao assinar a Declaração, os países membro assumem o compromisso político e social de atribuir a mais alta prioridade política e financeira no aprimoramento dos sistemas de ensino na busca de se tornarem cada dia mais aptos a inclusão escolar de TODAS as crianças;

Portaria Nº 1.793, de dezembro de 1994 – reconhece a necessidade da formação de professores e profissionais da educação nas diversas áreas da Educação Especial;

Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – institui as Diretrizes e Bases da Educação

Nacional e estabelece a modalidade de Educação Especial, no Art. 58, a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos, no Art. 60-A, e estabelece o compromisso com a Declaração Mundial de Educação para TODOS;

Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 – promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra pessoas com deficiências, deixando claro a impossibilidade de tratamento desigual de qualquer espécie;

Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Entre outras, define: a flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos da educação especial inclusos na classe comum do ensino regular; a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho; a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular; etc.;

Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências;

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (2008) - visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>;

Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 - Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf) que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Define o que é o AEE, sua função, onde é desenvolvido, a dupla matrícula, o Plano de AEE, o perfil e as atribuições do professor do AEE, dentre outros;

Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a o dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da Educação Especial, institui o conceito e objetivos do atendimento educacional especializado, assegura as adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), estabelece a igualdade de oportunidades e não discriminação, as adaptações razoáveis, o desenho universal, os sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino e o aprendizado ao longo de toda a vida, dentre outros;

Resolução Nº 1, de 14 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins. Disponível em: [central.to.gov.br](http://central.to.gov.br).

## Termos conceito

### Termo que devemos utilizar:

**Pessoas com deficiência** – (termo em vigência a partir de 2006) – por meio da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

**Transtorno do Espectro Autista, autismo** ou **autista** – termos consolidados a partir do Manual de Diagnósticos e Estatísticas de Transtornos Mentais (DSM-V).

### Termos em desuso, que NÃO devemos mais utilizar:

Não devemos usar termos como: deficientes (1975); retardado mental (1975); portadores de deficiência (1988); excepcional (1961). São termos que não são mais utilizados, visto que seus conceitos foram reavaliados e atualizados pela ONU com a participação de organizações de representação das pessoas com deficiências de vários países do mundo, em 2006.

**Não utilizar:** especial, inválido, retardado. Expressões capacitistas que inferiorizam ou superiorizam a pessoa com deficiência em função da sua condição.

**Pessoas com necessidades especiais:** usado no passado para indicar a pessoa com deficiência, o termo caiu em desuso porque pode incluir outras pessoas e grupos, com idosos e crianças são pessoas com necessidades especiais, nas não são necessariamente pessoas com deficiências.

**Não utilizar** normal como sinônimo para pessoas sem deficiência, ou pessoa típica.

Não mais utilizar - Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), Autismo Clássico, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação – caiu em desuso em 2013 com a atualização e publicação do DSM-V.

Notemos que, desde 2006, o termo conceito foi atualizado mundialmente e ainda hoje, quase 20 anos posterior, ainda ouvimos nas escolas: “deficiente”, “portador de necessidades especiais” “alunos com necessidades especiais”, “especiais”.

**Quadro 3.** Vamos substituir! Elaborada pela autora com base em pesquisas para esse curso

Ao invés de:	DEVEMOS USAR OS TERMOS:
Deficiente Portador de Deficiência Doente Inválido Especial	Pessoa com deficiência
Pessoa especial Pessoa com necessidades especiais, Necessidades educacionais especiais, Necessidades especiais	Pessoa com necessidades específicas Ou necessidades específicas do estudante
Retardado Portador de retardo mental Mongoloide	A pessoa com deficiência intelectual
Doença genética	Condição genética ou congênita
Surdo-mudo, mudinho	Surdo
Portador de síndrome de Down	Pessoa com síndrome de Down ou pessoa com T21
Aleijado, aleijadinho	Cadeirante
Ceguinho, deficiente visual	Pessoa com deficiência visual
ceguinho	Cego
o Aleijado, o ceguinho, o especial, o incapaz, o doidinho, o autista, o cego, o surdo, o mudinho, o T21, o deficiente, o autista.	Estudante

**Fonte:** Elaborada pela autora.

## Referências consultadas

ALMEIDA, Maria Isabel de. Dos processos de ensinar e aprender. **Educação e Pesquisa**. p. 589-597. vol. 41, n. 3, 2015.

ARAÚJO Á. C.; LOTUFO NETO, F. A nova classificação americana para os transtornos mentais – o DSM-5. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, vol. XVI, p. 67-82, 2014.

BORGES, Nadia Flausino Vieira. Tramas e Tessituras: Atividade docente no ensino de matemática no contexto da deficiência visual. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Tocantins – UFT. Orientadora: Profa. Dra. Carmem Lúcia Artioli Rolim. 115p. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. **Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial, Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. **Decreto N. 7611, de 17 de novembro de 2011**. Que dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2011.

BRASIL. **Lei N. 13.146, de 06 de julho de 2015**. Que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2015.

BRITO, Kátia Cristina C. F. O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Um Estudo no Município de Palmas – To. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Área de Concentração: Educação. Linha de Pesquisa: Educação Escolar: Teorias e Práticas. 198p. 2019.

CAMARGO, E. P. de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlances e desenlaces. **Ciência e Educação (Bauru)**, v. 23, n. 1, p. 1–6, jan. 2017

CANDIDO, Francisca Francineide. Práticas pedagógicas e inovação na instituição de ensino: uma abordagem psicopedagógica com foco na aprendizagem. **Revista psicopedagógica**, São Paulo, v. 27, n. 83, p. 262-272, 2010.

CARBONELL, Jaime. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARRIER, Nathalie. How educational ideas catch on: the promotion of popular education innovations and the role of evidence. **Educational Research**, Londres, v. 59, n. 2, p. 228-240, jun. 2017.

CASTILHO, E.W.V. O papel da escola para a educação inclusiva. In LIVIANU, R., coord. **Justiça, cidadania e democracia [online]**. pp. 108- 119, Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, (ISBN 978-85-7982-013-7) 2009.

CUNHA, Maria Isabel da. Inovações pedagógicas: tempos de silêncios e possibilidades de produção. Interface - **Comunicação, Saúde, Educação**. v. 7, n. 13, p. 149-151, 2003.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso e BARCELOS, Liliam Guimarães de. A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v. 27, 2021.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**. Nº 41 2011.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2011.

MENINO-MENCIA, Gislaine Ferreira *et al.* Escola Inclusiva: uma iniciativa compartilhada entre pais, alunos e equipe escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, 2019.

MESQUITA, Simone Karine da Costa; MENESES, Rejane Millions Viana; RAMOS, Déborah Karollyne Ribeiro. Metodologias Ativas de Ensino/Aprendizagem: Dificuldades de Docentes de um Curso de Enfermagem. **Trabalho, Educação e Saúde**. Vol. 14, N.2, p. 473-486. 2016.

ROLIM, Carmem Lúcia A., BORGES, Nadia Flausino V.; O Ensino de Matemática em Salas de Recursos: Vozes e Silêncios. **Conhecimento e Diversidade** Vol. 10 (20), p. 38-49, 2018.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Ação – Necessidades Educativas Especiais**. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca de 1994. UNESCO, 1996.



<p><b>3. Habilidades motoras/atividade física</b> [Coordenação olho mão, equilíbrio, natação, jogar bola, andar de bicicleta etc.]</p>			
<p><b>4. Habilidades sociais</b> [Atitudes, comportamentos etc.]</p>			
<p><b>5. Habilidades de recreação e lazer</b> [Jogos, esportes, passeios etc.]</p>			
<p><b>6. Habilidades pré-profissionais e profissionais</b> [Seguir instruções, uso de ferramentas, organização do local das atividades etc.]</p>			

OBS: ANEXAR AS ATIVIDADES ADAPTADAS.

*Professor da Classe Comum*

*Coordenador Pedagógico*

*Psicólogo Escolar*

*Assistente Social*

*Professor do AEE*

*Orientador Educacional*

*Diretor Escolar*

## APENDICE II –

<b>PLANO DE ENSINO INDIVIDUAL – PEI</b> <b>(modelo NF – Educação Infantil e Ensino Fundamental)</b> <b>Plano do professor regente da classe comum</b> <b>Adaptação e flexibilização curricular dos alunos da Educação Especial matriculados</b> <b>na classe comuns do ensino regular</b>	
<b>Aluno:</b>	<b>Turma:</b>
<b>Componente Curricular:</b>	<b>Período de Execução:</b> ( ) mensal ( ) bimestral ( ) semestral
<b>Professor regente:</b>	<b>Equipe de colaboração:</b>
<b>Breve histórico clínico, familiar do estudante:</b>	
<b>Breve descrição das necessidades específicas do estudante:</b>	
<b>Conhecimentos, habilidades e afinidades:</b>	<b>Principais dificuldades do estudante:</b>
<b>Habilidades (BNCC/DCT) da turma:</b>	<b>Objeto do Conhecimento (BNCC/DCT):</b>
<b>(Adaptação e flexibilização) p/o estudante:</b>	<b>(Adaptação e flexibilização):</b>
<b>Objetivos e metas:</b>	
<b>Metodologia e materiais de apoio:</b>	
<b>Avaliação (onde estava, o quanto avançou):</b>	
<b>Revisão e reformulação (o que precisa ser retomado):</b>	
<b>Professor Regente:</b>	
Coordenador pedagógico:	
Psicólogo Escolar:	
Assistente Social:	
Orientador Educacional:	

